

Brasil Bio Fuels S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e aos Acionistas da
Brasil Bio Fuels S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil Bio Fuels S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasil Bio Fuels S.A. em 31 de Dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 prejuízo líquido consolidado de R\$347.167 mil (lucro líquido de R\$661 mil em 31 de dezembro de 2022), geração de caixa operacional líquido consolidado de R\$375.505 mil (geração de caixa operacional líquido de R\$347.816 mil em 31 de dezembro de 2022), capital circulante líquido consolidado negativo de R\$371.315 mil (capital circulante líquido positivo de R\$178.996 mil em 31 de dezembro de 2022) e possui R\$251.003 mil empréstimos e financiamentos consolidado no curto prazo (R\$112.824 em 31 de dezembro de 2022) e R\$197.191 de debêntures não conversíveis em ações consolidado no curto prazo (R\$13.188 em 31 de dezembro de 2022). Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na respectiva nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e assecuração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo biológico

Por que é um PAA

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.11 e nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldos significativos de ativos biológicos, mensurados a valor justo. A avaliação desse tema foi considerada como um assunto significativo para a nossa auditoria devido à representatividade desses ativos, complexidade e subjetividade na avaliação das estimativas e dos julgamentos necessários para a mensuração dos ativos biológicos atrelados ao negócio de palma, principalmente, na avaliação dos custos incorridos com os tratos culturais dos Cachos de Fruto Fresco (CFF) e na avaliação do mercado principal desses produtos, da produtividade prevista e dos preços médios projetados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos processos, riscos e controles internos implementados pela Administração, relativos ao manejo agrícola, aos aspectos biológicos da planta, ao monitoramento e à captura dos gastos com tratos culturais.
- Avaliação e desafio da razoabilidade da abordagem de mensuração julgada pela Administração como adequada para registro do respectivo ativo, incluindo: (i) envolvimento de especialistas internos de valorização para discussão das premissas e da abordagem de mensuração, (ii) avaliação quanto à existência de mercado primário e/ou mercado mais vantajoso, (iii) avaliação do principal mercado de atuação e análise quanto à aplicação de técnica alternativa na determinação de preços sintéticos, (iv) avaliação e revisão da acuracidade matemática do cálculo do valor justo do ativo biológico e (v) avaliação dos requerimentos de divulgação nas demonstrações financeiras acerca do método aplicado para mensuração do ativo biológico.
- Teste amostral dos gastos incorridos e capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou não capitalizável.

No decorrer de nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas à ausência de divulgações completas e tempestivas e necessidade de aperfeiçoamento no processo de mensuração de ativo biológico, que nos levaram a ampliar a natureza, o exercício e a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Como resultado de nossos procedimentos de auditoria, ajustes que afetariam a mensuração do ativo biológico foram identificados e comunicados à Administração, que, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas, consideramos que os critérios determinados pela Administração da Companhia para mensuração dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de Abril de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Hudson Souza Martins

Contador

CRC nº 1 SP 280390/O-2

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.145	3.264	44.302	108.512	Fornecedores	18	63.761	46.327	187.996	124.642
Depósitos bancários vinculados	5	2.631	-	2.631	-	Debêntures não conversíveis em ações	19	197.191	13.188	197.191	13.188
Contas a receber	6	9.548	9.737	37.804	39.317	Empréstimos e financiamentos	20	157.365	76.400	251.003	112.824
Estoques	7	27.663	9.344	50.475	49.725	Obrigações tributárias	21	4.057	7.025	18.249	15.500
Ativo biológico	8	14.316	-	228.846	286.721	Obrigações trabalhistas		8.705	6.887	36.099	31.180
Impostos a recuperar	9	349	6.893	17.633	26.582	Arrendamento	17	-	-	11.051	12.000
Outros créditos	10	14.683	4.379	28.282	19.386	Adiantamento de clientes	25 i	1.335	-	82.530	33.375
		101.335	33.617	409.973	530.243	Outras obrigações	22	11.228	6.745	15.069	8.538
Ativos mantidos para venda	11	-	-	17.900	-	Total do passivo circulante		443.642	156.572	799.188	351.247
Total do ativo circulante		101.335	33.617	427.873	530.243						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Estoques	7	-	-	26.312	28.887	Fornecedores	18	-	-	-	3.077
Outros créditos	10	274	-	8.302	6.400	Debêntures não conversíveis em ações	19	-	183.880	-	183.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	-	148.467	Empréstimos e financiamentos	20	247.184	221.021	285.260	267.741
Partes relacionadas	13	56.672	46.487	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	196.437	196.437
Investimentos	14	1.287.675	1.573.954	-	-	Partes relacionadas	13	207.016	62.395	1.045	42.564
Imobilizado	15	732.346	607.341	1.581.871	1.435.469	Provisão para riscos	23	16	-	29.861	30.731
Plantas portadoras	16	156.714	126.374	715.136	711.342	Provisão perda investimentos	14	20.082	8.646	-	-
Direito de uso	17	-	-	14.766	41.156	Obrigações tributárias	21	12.237	3.723	27.716	14.590
Intangível		19.641	1.266	21.685	4.373	Arrendamento	17	-	-	8.065	40.269
Total do ativo não circulante		2.253.322	2.355.422	2.368.072	2.376.094	Adiantamento de clientes	25 i	-	-	15.347	-
						Outras obrigações	22	19.232	394	27.710	23.318
						Total do passivo não circulante		505.767	480.059	591.441	802.607
						Capital social	24.a	1.032.723	132.723	1.032.723	132.723
						Reserva legal	24.b	26.545	26.545	26.545	26.545
						Reserva de incentivos fiscais	24.b	7.405	7.405	7.405	7.405
						Reserva para aumento de capital	24.b	-	900.000	-	900.000
						Reserva de orçamento de capital	24.b	526.735	526.735	526.735	526.735
						Reserva especial	24.b	159.000	159.000	159.000	159.000
						Prejuízos acumulados		(347.160)	-	(347.160)	-
						Patrimônio líquido dos proprietários da controladora		1.405.248	1.752.408	1.405.248	1.752.408
						Participação dos não controladores		-	-	68	75
						Total do patrimônio líquido		1.405.248	1.752.408	1.405.316	1.752.483
TOTAL DO ATIVO		2.354.657	2.389.039	2.795.945	2.906.337	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.354.657	2.389.039	2.795.945	2.906.337

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	93.717	76.575	845.696	1.034.076
Custo dos produtos vendidos	26	(118.636)	(111.187)	(891.361)	(875.570)
LUCRO / (PREJUÍZO) BRUTO		(24.919)	(34.612)	(45.665)	158.506
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	26	(23.270)	(23.703)	(92.170)	(113.690)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	70.204	28.490	45.400	(14.016)
Equivalência patrimonial		(297.719)	53.963	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(275.704)	24.138	(92.435)	30.800
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	27	(72.869)	(24.763)	(110.831)	(66.434)
Receitas financeiras	27	1.413	1.276	4.566	17.199
		(71.456)	(23.487)	(106.265)	(49.235)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(347.160)	651	(198.700)	(18.435)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Diferidos	12.b	-	-	(148.467)	25.774
Correntes	12.b	-	-	-	(6.678)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(347.160)	651	(347.167)	661
Resultado atribuível a:					
Controladora		(347.160)	651	(347.160)	651
Não controladores		-	-	(7)	10
Média ponderada das ações	24.d	6.055.973	6.055.973	6.055.973	6.055.973
Lucro (prejuízo) do período por ação		(57,33)	0,11	(57,33)	0,11

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(347.160)	651	(347.167)	661
Resultado abrangente total	<u>(347.160)</u>	<u>651</u>	<u>(347.167)</u>	<u>661</u>
Resultado abrangente total atribuível aos:				
Acionistas controladores	(347.160)	651	(347.160)	651
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>10</u>
Resultado abrangente total	<u>(347.160)</u>	<u>651</u>	<u>(347.167)</u>	<u>661</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Reserva de lucros						Lucros não distribuídos aguardando deliberação	Lucros / prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos proprietários da controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para aumento de capital	Reserva de orçamento de capital	Reserva especial					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	132.723	26.545	7.405	-	-	-	1.415.692	-	1.582.365	67	1.582.432
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	169.392	169.392	(19)	169.373
Transferência para lucros não distribuídos aguardando deliberação	-	-	-	-	-	-	169.392	(169.392)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	132.723	26.545	7.405	-	-	-	1.585.084	-	1.751.757	78	1.751.835
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	651	651	10	661
Transferência para lucros não distribuídos aguardando deliberação	-	-	-	-	-	-	651	(651)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13)	(13)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Originalmente apresentado)	132.723	26.545	7.405	-	-	-	1.585.735	-	1.752.408	75	1.752.483
Constituição da reserva para aumento de capital	-	-	-	900.000	-	-	(900.000)	-	-	-	-
Constituição da reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	526.735	-	(526.735)	-	-	-	-
Constituição da reserva especial	-	-	-	-	-	159.000	(159.000)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Reapresentado)	132.723	26.545	7.405	900.000	526.735	159.000	-	-	1.752.408	75	1.752.483
Aumento de capital social em 08.09.23	900.000	-	-	(900.000)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(347.160)	(347.160)	(7)	(347.167)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.032.723	26.545	7.405	-	526.735	159.000	-	(347.160)	1.405.248	68	1.405.316

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITAS					
Venda de produtos e serviços	25	103.917	93.064	914.746	1.144.038
Perdas (reversões) de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	5	(14)	(1)	(1.687)	(222)
Total		103.903	93.063	913.059	1.143.816
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(62.178)	(79.256)	(248.165)	(237.257)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(39.946)	(403)	(104.210)	(174.816)
Perda / Recuperação de valores ativos		-	(1.760)	(1.470)	(3.289)
Outros		(129)	-	(1.080)	(11.674)
Total		(102.253)	(81.419)	(354.925)	(427.036)
Valor adicionado bruto		1.650	11.644	558.134	716.780
Depreciação, amortização e exaustão		(21.771)	(12.148)	(401.548)	(367.218)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(20.121)	(504)	156.586	349.562
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(297.719)	53.963	-	-
Receitas financeiras		1.413	1.276	4.566	17.199
Outras receitas (despesas), líquidas		120.438	34.249	80.556	54.152
Total		(175.868)	89.488	85.122	71.351
Valor adicionado total a distribuir		(195.989)	88.984	241.708	420.913
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal e administradores					
Remuneração direta		35.415	27.633	151.298	179.131
Benefícios		19.652	15.860	85.842	74.093
F.G.T.S		3.648	2.418	17.589	14.810
Total		58.715	45.911	254.729	268.034
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES					
Federais		8.389	6.374	187.465	24.141
Estaduais		648	4.264	4.343	12.262
Municipais		218	243	560	901
Total		9.255	10.881	192.368	37.304
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS					
Juros, variações cambiais e monetárias		72.869	24.763	105.862	56.423
Despesas de alugueis		10.332	6.778	30.947	48.480
Arrendamentos		-	-	4.969	10.011
Total		83.201	31.541	141.778	114.914
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO					
Lucros retidos / (prejuízo) do período		(347.160)	651	(347.160)	651
Participação dos não controladores		-	-	(7)	10
Total		(347.160)	651	(347.167)	661
Valor adicionado total distribuído		(195.989)	88.984	241.708	420.913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) do exercício		(347.160)	651	(347.167)	661
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.b	-	-	148.467	(25.774)
Depreciação e amortização	26	21.771	12.148	114.827	94.162
Ativo biológico amortização/exaustão	26	-	-	286.721	273.056
Valor residual baixa de imobilizado e direito de uso	15	24.456	-	32.938	289
Efeito líquido da renegociação do arrendamento	17	-	-	(8.064)	-
Resultado de equivalência patrimonial	14	297.719	(53.963)	-	-
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	7	-	-	470	2.186
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	14	-	1.688	494
Juros provisionados	17, 19 e 20	63.322	29.930	85.596	59.155
Provisão para riscos	23	16	-	(870)	9.319
		<u>60.138</u>	<u>(11.234)</u>	<u>314.606</u>	<u>413.548</u>
Variações nas contas de ativo:					
Depósitos bancários vinculados		(2.631)	-	(2.631)	-
Contas a receber		175	(1.062)	(175)	16.862
Estoques		(18.319)	1.596	1.355	8.644
Impostos a recuperar		6.544	(1.715)	8.949	(12.491)
Partes relacionadas		(10.185)	(34.816)	-	-
Outros créditos e Ativos mantidos para venda		(10.578)	9.845	(10.798)	5.314
		<u>(34.994)</u>	<u>(26.152)</u>	<u>(3.300)</u>	<u>18.329</u>
Variações nas contas de passivo:					
Fornecedores		27.177	(3.290)	71.690	(21.823)
Obrigações tributárias		5.546	2.888	15.875	12.982
Obrigações trabalhistas		1.818	1.123	4.919	7.037
Partes relacionadas		188.219	(10.018)	2.079	-
Adiantamento a clientes		1.335	-	64.502	(22.584)
Outras obrigações		23.317	(4.409)	10.923	(22.818)
		<u>247.412</u>	<u>(13.706)</u>	<u>169.988</u>	<u>(47.206)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais					
		<u>272.556</u>	<u>(51.092)</u>	<u>481.294</u>	<u>384.671</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	(8.808)
Juros pagos		(85.585)	(14.071)	(105.789)	(28.047)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>186.971</u>	<u>(65.163)</u>	<u>375.505</u>	<u>347.816</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições ao imobilizado, planta portadora e intangível	15 e 16	(193.888)	(360.341)	(301.401)	(553.610)
Adições de ativo biológico	8	(14.316)	-	(228.846)	(286.721)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(208.204)</u>	<u>(360.341)</u>	<u>(530.247)</u>	<u>(840.331)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	19 e 20	148.853	504.774	246.076	577.324
Mútuo com partes relacionadas	13	1.000	-	1.000	-
Pagamento de arrendamento	17	-	-	(2.321)	(2.661)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19 e 20	(99.739)	(84.183)	(154.223)	(109.634)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		<u>50.114</u>	<u>420.591</u>	<u>90.532</u>	<u>465.029</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>28.881</u>	<u>(4.913)</u>	<u>(64.210)</u>	<u>(27.486)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período					
		3.264	8.177	108.512	135.998
Caixa e equivalentes de caixa no final do período					
		<u>32.145</u>	<u>3.264</u>	<u>44.302</u>	<u>108.512</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>28.881</u>	<u>(4.913)</u>	<u>(64.210)</u>	<u>(27.486)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE O GRUPO

1.1. Operações gerais

A Brasil Bio Fuels S.A. (“Companhia” ou “Grupo”), é uma Companhia aberta (Categoria B), sem ações negociadas em bolsa de valores, constituída em 11 de abril de 2008, com sede na Rod. BR 210, Gleba Jauaperi, Sitio Boa União - Município de São João da Baliza, Estado de Roraima.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 1º de abril de 2024.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou prejuízo consolidado de R\$347.167 (lucro de R\$661 em 31 de dezembro de 2022), geração de caixa operacional consolidado de R\$375.505 (R\$347.816 em 31 de dezembro de 2022), capital circulante líquido consolidado negativo de R\$371.315 (capital circulante líquido consolidado positivo de R\$178.996 em 31 de dezembro de 2022) e possui R\$251.003 de empréstimos e financiamentos consolidado no curto prazo (R\$112.824 em 31 de dezembro de 2022) e R\$197.191 de debêntures não conversíveis em ações consolidado no curto prazo (R\$13.188 em 31 de dezembro de 2022). Conforme divulgado na nota explicativa 19, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não estava em conformidade com determinadas cláusulas restritivas, sendo que o índice de liquidez ficou abaixo do estipulado para as duas debêntures. Portanto a Companhia reclassificou tais dívidas para o passivo circulante.

A Administração entende que o Grupo BBF e suas controladas apresentam situação operacional e financeira complexa, porém equalizável, com:

- a. Elevado nível de endividamento no curto prazo;
- b. Atual patamar de preços internacionais do óleo em níveis considerados como abaixo do padrão de melhor rentabilidade;
- c. Dificuldade na obtenção de novas linhas de financiamento para conclusão de projetos de longo prazo. A dificuldade é imposta pela recomendação do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH nº 16 de agosto de 2023, que recomendou as instituições financeiras a suspensão de concessão de linhas de crédito em favor do Grupo BBF.

A Administração informa que o Grupo BBF não possui linhas de créditos contratadas e disponíveis para utilização em 31 de dezembro de 2023 ou até a data de divulgação destas demonstrações financeiras.

A Brasil Bio Fuels S.A. e suas controladas ingressaram com a tutela de urgência cautelar antecedente com o objetivo da interrupção temporária dos atos de constrição judiciais e extrajudiciais, bem como a determinação da impossibilidade de decretação/declaração de vencimento antecipado dos contratos de financiamentos essenciais, durante as negociações da mediação ou pelo prazo legal já definido em lei de 60 (sessenta) dias com vistas a evitar a necessidade de pedido de recuperação judicial. A medida foi deferida em 20 de fevereiro de 2024, pelo MM. Juízo da 02ª Vara das Recuperações Judiciais e Falências de São Paulo/SP. A Brasil Bio Fuels S.A. e suas controladas obtiveram o deferimento do pedido, nos termos da Lei nº 11.101/05 e, portanto, os pagamentos das parcelas das dívidas estão suspensos e não foram realizados pela Companhia e pelas controladas nas datas contratuais originais.

A Administração tem envidado e continuará a enviar esforços para equalizar o operacional da Companhia, mediante uma combinação de estratégias que compreendem principalmente:

- (i) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional do Grupo BBF.
- (ii) obtenção de extensão de prazos de pagamento junto a fornecedores e credores, cuja extensão não está sob o controle da Administração do Grupo BBF e pode implicar em custos financeiros adicionais em decorrência de multas, custos para obtenção de waivers, novos encargos financeiros ou na declaração de vencimentos antecipados.
- (iii) utilização de recursos oriundos de captação junto a instituições financeiras ou mercado de capitais, cujo cenário apresenta restrições tendo em vista a recomendação do CNDH.
- (iv) redução dos investimentos em infraestrutura que não implique em prejuízo na operação da Companhia.
- (v) redução dos custos sem impactar a operação da Companhia.

Neste contexto, para ajudar e assessorar o Grupo BBF a lograr as diversas estratégias mencionadas acima, a Administração contratou consultores, assessores legais, regulatórios e financeiros.

Tutela de Urgência Cautelar

Conforme amplamente divulgado ao mercado, o Grupo BBF vem avaliando alternativas e empreendendo esforços na busca do equacionamento de suas obrigações financeiras. Embora siga avançando nesse sentido, e não obstante os esforços empreendidos nos últimos meses, os desafios oriundos da atual situação econômico-financeira do Grupo BBF se mantêm, o que demandou a medidas para proteção (Tutela de Urgência Cautelar) da Companhia e seus stakeholders até que seja possível implementar o equacionamento do endividamento e a readequação da estrutura de capital dela.

Em 08 de fevereiro de 2024, a Administração ajuizou tutela de urgência cautelar nos termos do § 1º do art. 20-B e seguintes da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio da qual busca, por um prazo de 60 (sessenta) dias, suspender os efeitos de ações e execuções atuais ou futuras em face do Grupo BBF com o intuito de viabilizar uma solução consensual com seus principais credores. Na referida AGE também obteve anuência, para eventual pedido de Recuperação Judicial, nos termos do art. 122, IX, da Lei das Sociedades Anônimas, caso tal pedido seja necessário.

Em 20 de fevereiro de 2024, o Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais deferiu o processamento da tutela de urgência cautelar da Brasil Bio Fuels SA. e suas controladas.

Com o deferimento do pedido, ficaram mantidos todos os contratos e instrumentos relevantes para a operação do Grupo BBF e de suas controladas.

Considerações da Administração

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional, e contemplam a realização dos ativos e liquidação dos passivos no curso normal dos negócios. Adicionalmente, as negociações em andamento junto aos credores poderão impactar materialmente os valores e as classificações de ativos e passivos registrados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais não contemplam nenhum ajuste relacionado a recuperabilidade de ativos ou mensuração de passivos ou quaisquer outros ajustes que possam ser necessários caso a Companhia não continue operacional.

A continuidade operacional da Companhia está sujeita ao sucesso das negociações em andamento junto aos credores e da implementação dos planos acima descritos, embora Administração continue perseguindo e envidando os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas acima, não há garantia de que a Companhia terá êxito, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre o sucesso delas. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das empresas do Grupo BBF.

1.3. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto principal a atuação na geração e distribuição de energia elétrica, fabricação e comércio de biocombustíveis de origem vegetal e animal e outros negócios. Com o propósito de produzir energia e substituição gradativa do diesel fóssil pelo biodiesel para o desenvolvimento sustentável e ecologicamente correto da região Norte do Brasil, junto de sua subsidiária integral Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel do Amazonas Ltda., consolidou seus investimentos em 28 Unidades Termelétricas - "UTE's", sendo 4 localizadas no estado do Acre, 12 em Rondônia, 6 no Amazonas, 2 em Roraima e 4 no Pará, consolidando com isso sua base de atuação no setor.

A Companhia continua em seu propósito de verticalização de suas atividades, através do incremento no plantio da Palma de Dendê, aquisição de novas terras, tecnologias para formação de ativo biológico, otimização das operações das UTEs, implantação da planta de esmagamento e futura utilização dos frutos da palma de dendê na geração do óleo vegetal, o qual será utilizado como matéria prima para produção do biodiesel e destinação alimentar, estando portanto, o negócio agroindustrial em fase avançada de consolidação dos investimentos.

A seguir está comentado o negócio de cada empresa controlada e suas principais informações:

1. Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda. constituída em 2 de maio de 2007. Atua, principalmente, na produção e comercialização de biodiesel no estado de Rondônia e na geração de energia.
2. Amazonbio Acre Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda., empresa dormente, constituída em 22 de julho de 2013. Atuará, principalmente, na produção e comercialização de biodiesel no estado do Acre.
3. Amazonbiodiesel Indústria e Comércio de Óleos Vegetais da Amazonia Ltda., empresa dormente constituída em 19 de setembro de 2016. Atuará, principalmente, na produção e comercialização de biodiesel no estado do Amazonas.
4. Brasil Bio Fuels Pará II S.A., empresa em fase pré-operacional constituída em 1º de setembro de 2021. Atuará na geração de energia no estado do Pará.
5. Brasil Bio Fuels Pará Ltda. constituída em 29 de outubro de 2020. Atua como holding sendo a controladora da BBF RIC e não tem outras atividades.
6. Brasil Bio Fuels Reflorestamento, Indústria e Comércio S.A. constituída em 15 de dezembro de 2006, anteriormente denominada “Biopalma S.A.” subsidiária integral da Vale S.A. Atua, principalmente, com a produção e comercialização do óleo de palma no estado do Pará.
7. Brasil Bio Fuels Ethanol Ltda., empresa em fase pré-operacional constituída em 7 de junho de 2021. Atuará na produção e comercialização do etanol de milho no estado de Rondônia.
8. BBF Transportes Fluviais Ltda., empresa em fase pré-operacional constituída em 4 de maio de 2022. Atuará no transporte fluvial do óleo de palma na bacia amazônica no estado do Amazonas.
9. BBF São João da Baliza Ltda., empresa em fase pré-operacional constituída em 15 de junho de 2021. Atuará na produção de energia na UTE de Baliza no estado de Roraima.
10. BBF Híbrido Forte São Joaquim Ltda. Constituída em 9 de junho de 2021, empresa em fase pré-operacional. Atuará na produção de energia na UTE de São Joaquim no estado de Roraima.
11. BBF Agroindustrial e Biocombustíveis Ltda. constituída em 4 de dezembro de 2013. Atua na produção e comercialização de óleo de soja e derivados no estado do Pará.
12. Brasil Bio Fuels Acre S.A., empresa em fase pré-operacional constituída em 30 de setembro de 2021. Atuará na geração e comercialização de energia no estado do Acre.
13. BBF Energia do Pará Ltda., empresa em fase pré-operacional constituída em 12 de agosto de 2021. Atuará na produção e comercialização do HVO e SAF combustíveis que serão utilizados nas aeronaves.
14. Brasil Bio Fuels Geração de Energia Rondônia, empresa em fase pré-operacional constituída em 20 de julho de 2015. Atuará como Consórcio em parceria com a empresa Amazonbio e Brasil Bio Fuels S.A.

15. Brasil Bio Fuels Geração de Energia Acre constituída em 29 de junho de 2015 e atua como Consórcio em parceria com a empresa Amazonbio e Brasil Bio Fuels S.A.
16. Consórcio BBF Energia Rondônia constituída em 3 de setembro de 2021. Atua como Consórcio em parceria com as partes relacionadas Amazonbio e Brasil Bio Fuels S.A.

Principais eventos e perspectivas

Durante o ano de 2023, a Companhia destaca os seguintes eventos:

UTE de Baliza recebeu autorização da ANEEL, em junho de 2023, e passou a operar em escala comercial. A estimativa é de gerar 7 MW com a utilização de 100% de Biomassa na primeira fase e na segunda fase será híbrido com óleo de palma.

1.4. Alteração do exercício comparativo das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tiveram a destinação dos lucros não distribuídos aguardando deliberação ajustadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em atendimento a Lei 6.404/76, conforme demonstrado abaixo:

Balanço patrimonial e demonstração das mutações do patrimônio líquido

	31.12.2022		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Lucros não distribuídos aguardando deliberação	1.585.735	(1.585.735)	-
Reserva para aumento de capital	-	900.000	900.000
Reserva de orçamento de capital	-	526.735	526.735
Reserva especial	-	159.000	159.000

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de considerarem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM 117/22. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.3. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 IAS 7 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os juros capitalizados são apresentados na atividade de investimentos e não na atividade operacional.

2.4. Segmento de negócios

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios internos e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases nos segmentos de Óleo de Palma, Energia e Outros, na perspectiva da Administração estes são os seus segmentos. A Administração agrupou, no segmento Outros, negócios com menor volume de receita, custos e os gastos que não podem ser diretamente atribuídos ao negócio como Óleo de Palma e Energia, sendo que estes, em individual ou em conjunto, não são relevantes para as tomadas de decisão dos usuários internos da informação.

2.5. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, sendo apresentadas as informações do grupo econômico, em que ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Controle sobre essas entidades é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade de auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades.

Informações sobre as controladas:

		% Participação	
		2023	2022
1 - Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda. (“Amazonbio”)	Direta	99,67%	99,67%
2 - Amazonbio Acre Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda. (“Amazonbio Acre”)	Direta	99,99%	99,99%
3 - Amazonbiodiesel Indústria e Comércio de Óleos Vegetais da Amazônia Ltda. (“Amazonbiodiesel”)	Direta	99,99%	99,99%
4 - Brasil Bio Fuels Pará II S.A. (“BBF Pará II”)	Direta	100,00%	100,00%
5 - Brasil Bio Fuels Pará Ltda. (“BBF Pará”)	Direta	100,00%	100,00%
6 - Brasil Bio Fuels Reflorestamento, Indústria e Comércio S.A. (“BBF RIC”)	Indireta	100,00%	100,00%
7 - Brasil Bio Fuels Ethanol Ltda. (“BBF Ethanol”)	Direta	100,00%	100,00%
8 - BBF Transportes Fluviais Ltda. (“BBF Transportes”)	Direta	100,00%	100,00%
9 - BBF São João da Baliza Ltda. (“BBF Baliza”)	Direta	100,00%	100,00%
10 - BBF Híbrido Forte São Joaquim Ltda. (“BBF São Joaquim”)	Direta	100,00%	100,00%
11 - BBF Agroindustrial e Biocombustíveis Ltda. (“BBF Agro”)	Direta	99,99%	99,99%
12 - Brasil Bio Fuels Acre S.A. (“BBF Acre”)	Direta	100,00%	100,00%
13 - BBF Energia do Pará Ltda. (“BBF Pará III”)	Direta	100,00%	100,00%
14 - Brasil Bio Fuels Geração de Energia Rondônia. (“BBF Rondônia”)	Direta	100,00%	100,00%
15 - Brasil Bio Fuels Geração de Energia Acre. (“BBF Acre II”)	Direta	100,00%	100,00%
16 - Consórcio BBF Energia Rondônia.	Direta	100,00%	100,00%

A parte do patrimônio líquido das controladas não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora (“Participação de Não Controladores”) é apresentada no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora, assim como a participação no resultado do exercício não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora (“Resultado atribuível a não controladores”).

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o período e exercício social dessas entidades coincide com o da Companhia.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de mudança de valor, e com vencimentos no prazo de três meses ou menos da data da contratação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, até a data do balanço, os quais se aproximam do seu valor justo e não excedem o seu valor de realização.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a estimativa de perdas de crédito esperadas (impairment).

A Companhia efetua regularmente análise histórica de seus recebíveis com o objetivo de aprimorar o cálculo das perdas estimadas, que considera o risco da indústria, histórico de perdas e riscos de créditos associado a cada faixa de vencimentos, além de incluir no valor da estimativa o valor integral dos saldos vencidos com base no IFRS 9.

2.8. Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição e reduzidos ao seu valor líquido de realização, caso seja menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda e a distribuição dos estoques.

A Companhia e suas controladas consideram em sua provisão para perdas nos estoques os seguintes componentes: produtos com margem negativa, produtos obsoletos, materiais com prazo de validade expirados ou próximo da data de expiração e materiais fora dos parâmetros de qualidade ou danificados.

A Companhia e suas controladas avaliam os materiais com giro lento (considerando os itens sem movimento acima de 12 meses), para os quais efetua a segregação no não circulante.

2.9. Investimentos

Controlada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida. Os investimentos do Grupo nas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio/deságio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

2.10. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos e estão líquidos da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Os gastos que aumentam significativamente a vida útil das instalações e dos equipamentos são agregados ao valor do ativo imobilizado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Planta portadora Palma de Dendê (nota 2.12)	30 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

2.11. Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas, correspondem aos cachos de fruto fresco da palmeira de dendê (CFF), aos quais o estágio de sua transformação biológica permite uma mensuração dos volumes de forma confiável. Os ativos biológicos são utilizados como matéria prima no processo de produção de óleo de palma e derivados.

Para a determinação do seu valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita (“income approach”) utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas a cada data de reporte. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecida na rubrica custo dos produtos vendidos. As premissas significativas estão apresentadas na nota 8.

Para determinação do valor de mercado do CFF, a Companhia aplicou técnica de mensuração alternativa por meio da derivação do preço sintético do óleo bruto de dendê (principal produto agrícola derivado do esmagamento e refino do óleo de dendê e com cotação pública), considerando como o mercado primário o mercado de Roterdã, devido ao volume de negociações, a Companhia tomou como referência a cotação de óleo de palma na bolsa de Roterdã, ajustadas ao local em que o ativo se encontra.

A qualidade e rendimento do fruto é influenciada por uma série de fatores, sendo os mais preponderantes, o nível de investimento efetuado no trato cultural, idade da planta, técnica de colheita e velocidade no processamento do CFF pela indústria.

Além disso, os ativos biológicos não foram dados em garantias, assim como também não possuem seguro contra incêndio ou outra intempérie climática.

2.12. Planta Portadora

A planta portadora é representada pela palmeira de azeite de dendê. Tais ativos são plantadas em terras de propriedade do Grupo BBF e estão localizadas na região norte do Brasil, especialmente no Estado do Pará. Na busca por um equilíbrio na qualidade, resistência a fatores climáticos adversos e rentabilidade na produção do CFF, o Grupo optou pelo plantio e diversificação de suas variedades (asiáticas, africanas e brasileiras) na área de plantio. A palmeira de dendê inicia o ciclo de produção comercial por volta do 4º ano de plantio, elevando sua produtividade gradativamente até o 15º ano e mantendo produção economicamente viável até 30º ano, momento em que a Companhia avaliará e decidirá quanto a reforma da área de plantio. Todos os custos diretos e indiretos incorridos desde a produção da muda ou aquisição de terceiros, até a data de plantio são contabilizados ao custo da planta portadora, conforme incorrido.

A Administração com base na vida útil estimada considerou a exaustão linear ao percentual de 3,33% a.a., iniciado quando o talhão/parcela atinge a viabilidade econômica para colheita e com duração até o fim da vida econômica da planta, atualmente esperado para o 30º ano.

Não há seguro contratado e/ou garantia quanto ao ressarcimento do Grupo na eventualidade de perda da plantação por eventos adversos, tais como incêndios, alagamentos ou pragas.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. Dessa forma, a Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

2.13. Arrendamentos

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, risco país e moeda. A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais devem proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A aplicabilidade do IFRS 16/CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Classificação e mensuração

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao seu valor de custo, considerando o prazo do contrato já firmado e ainda se há intenção de renovação posterior. Estes ativos geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos, veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor, considerando contratos anuais de R\$50 mil, são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo menor que 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de informática e pequenos equipamentos.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ativos circulantes e não circulantes detidos para o uso estão sujeitos a uma avaliação de “impairment”, se os fatos e as circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável com base no maior entre os fluxos de caixa futuros descontados e o valor líquido de venda do ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no seu menor nível para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC), considerando a similaridade dos produtos e serviços prestados pela Companhia e a forma como ela acompanha e gerencia os fluxos de caixa gerado. O acompanhamento e gerenciamento da Companhia sobre os seus fluxos de caixa gerado é de acordo com os segmentos definidos pela Companhia. Estas definições são efetuadas e revisadas de forma corporativa, por segmento no menor nível de fluxo de caixa, ou seja, é possível afirmar que os segmentos em que os relatórios são preparados e as decisões da Companhia são tomadas a nível de segmento é a menor unidade geradora de caixa - UGC para avaliação de indicadores de perda por valor recuperável.

A avaliação da necessidade de teste de “impairment” é realizada em períodos anuais, ao final de cada exercício, exceto na existência de algum indicador de “impairment” que a Companhia venha a identificar o que a obrigaria a elaborar um teste de “impairment” intermediário para os ativos de vida útil definida. O valor recuperável de uma operação é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseada em orçamentos financeiros aprovados pela Administração (Plano Estratégico da Companhia) para o período correspondente ao ciclo de vida esperado de cada operação.

As projeções de fluxo de caixa consideram todas as características dos negócios da Companhia nos quais os investimentos em ativos imobilizados e ativos intangíveis são efetuados, tais como o nível de investimento e os retornos (de médio e longo prazos), além do eventual redirecionamento de ativos para novos negócios. Estes fluxos são trazidos a valor presente utilizando uma taxa de desconto compatível com o mercado e que reflita a expectativa de retorno dos investidores.

Na existência de um ajuste por conta da não recuperação dos ativos alocados a uma operação, seu valor é proporcionalizado em função dos ativos líquidos da Companhia e reconhecido em sua totalidade na operação sob a rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, ao valor justo, os empréstimos, financiamentos e debêntures estão sujeitos a juros mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.16. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.17. Provisões

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece nenhuma provisão.

2.18. Tributos

Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos incidentes na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As controladas BBF RIC e Amazonbio possuem incentivo tributário para o ICMS, instituído pela Lei no 1.558 de 26 de dezembro de 2005, conforme Ato Concessório no 003/2011/Conder, com redução de 95% e 85%, respectivamente, da base incentivado, além de incentivo com a redução da base do IRPJ em 75% referente a implantação de empreendimento industrial na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro real tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro real tributável, reconhecidos pelo regime de competência, ambos respeitando as regras de adições e exclusões para apuração do lucro real. Eventuais antecipações de impostos ao longo do ano e que não se confirmam como devidas ao final do ano estão representadas no ativo circulante e não circulante em função de sua expectativa de recuperação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias, saldo de prejuízo fiscal e saldo de base negativa de contribuição social na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seu valor contábil.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças, créditos ou prejuízos fiscais dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a realização das diferenças temporárias dedutíveis, bem como o uso de créditos tributários e prejuízos fiscais não utilizados.

O valor contábil de imposto diferido ativo é revisto a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na alíquota de imposto que se espera aplicar no exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido quando houver o direito legal de compensar imposto diferido ativo com imposto diferido passivo e quando os impostos diferidos se refiram à mesma entidade tributada e estejam sujeitos à mesma autoridade fiscal.

Os incentivos fiscais aos quais reduzem a carga tributária de imposto de renda e contribuição social correntes nas controladas são registrados quando incorridos e foram alocados em rubrica de reserva de subvenção na demonstração do patrimônio líquido e não estão disponíveis para distribuição aos acionistas como dividendos.

2.19. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e dos fretes sobre vendas, bem como das eliminações das vendas entre Companhias controladas.

Receita com venda de produtos e mercadorias

As vendas dos produtos, mercadorias e energia são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência, sendo reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho e quando o controle, risco e benefícios são transferidos ao cliente em suas instalações. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) Identifica os contratos com os clientes.
- (ii) Identifica as diferentes obrigações do contrato.
- (iii) Determina o preço da transação.
- (iv) Aloca o preço da transação as obrigações de performance.
- (v) Satisfaz todas as obrigações de desempenho.

2.20. Subvenções governamentais

As subvenções e as assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do respectivo Estado e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

2.21. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos patrimoniais

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável.

Impairment

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, considerando eventuais negociações com os clientes e histórico de recebimentos.

Impairment de ativos financeiros*Ativos mensurados ao custo amortizado*

O Grupo avalia, na data de cada balanço, a evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Um ativo ou grupo de ativos financeiros deteriorados e suas perdas por *impairment* incorridas, somente serão reconhecidas se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos. Após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) apresentar impacto no fluxo de caixa futuro o seu valor será estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não serão incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo será reduzido e o valor do prejuízo reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* será a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo poderá mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.22. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e atualização de impostos a recuperar.
- Despesas de juros com partes relacionadas.
- Despesas com descontos concedidos.
- Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e impostos a recolher.
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

2.23. Circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- (iv) A entidade não tem direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período do relatório.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulante.

2.24. Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o CPC 41/IAS 33, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social. O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

2.25. Ativos mantidos para a venda

Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo (ou grupo de alienação) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual.

A Administração espera que a venda se concretize em até doze meses, a partir da assinatura do contrato de compra e venda.

2.26. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. O Grupo não possui benefícios pós-emprego.

2.27. Pronunciamentos novos ou revisados

2.27.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente.

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e CPCs aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Assunto	Aplicável a períodos anuais com início em ou após:
CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros	01/01/23
Alterações à IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS	01/01/23
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos e Reforma Tributária Internacional	01/01/23
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros	01/01/23

2.27.2. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício seguinte

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Vigência	Descrição da alteração
IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2024, Aplicação retrospectiva	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
IFRS 16/CPC 6 (R2): Arrendamentos	01/01/2024, Aplicação retrospectiva	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.
IAS 7/CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2024, Aplicação retrospectiva	Divulgação de operações de Risco Sacado ("Reverse factoring"), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Empresa em períodos futuros.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A principal premissa relativa a estas fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro referem se ao seguinte:

a) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (“P.E.C.L.D”) de contas a receber de clientes são constituídas com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber de clientes.

b) Determinação do método de contabilização do ativo biológico e ciclo biológico da planta

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio de aplicação de premissas a modelos de fluxos de caixa descontado.

A Companhia aplica o tratamento contábil de ativos biológicos para os cachos de fruto fresco da palmeira de dendê (CFF) em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. O custo de produção dos estoques de produtos acabados e, por consequência, o custo dos produtos vendidos levam em conta a parcela do efeito a valor justo dos ativos biológicos na data da colheita da CFF. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico são as seguintes: área plantada, produtividade por hectare, preço e custos de plantio e de manutenção dos florestais, gastos com frete, colheita e transporte.

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final das questões subjacentes a essas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Provisão para riscos

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais que se encontram em instâncias diversas. As provisões para riscos, são constituídas para fazer face a toda potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, os quais é provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	23.301	244	25.569	703
Aplicações financeiras	8.844	3.020	18.733	107.809
Total	<u>32.145</u>	<u>3.264</u>	<u>44.302</u>	<u>108.512</u>

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário CDB com remunerações entre 99% e 102%, em ambos os exercícios, da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro CDI, com possibilidade de resgate imediato, conversíveis em caixa, sem alteração de valor e em prazo menor de 90 dias após sua aplicação.

5. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

Em 31 de dezembro de 2023, na controladora, foi constituído o valor de R\$2.631 mil, o qual refere-se aos montantes retidos relativos à constituição de conta reserva de recursos equivalentes a uma parcela do valor dos serviços da dívida de debêntures.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber	982	4.598	25.840	30.200
Venda de energia a faturar	8.580	5.139	19.984	15.449
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(14)	-	(8.020)	(6.332)
Total	<u>9.548</u>	<u>9.737</u>	<u>37.804</u>	<u>39.317</u>

A composição por vencimento dos recebíveis é segregada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	9.051	9.736	32.296	21.921
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	488	1	2.498	10.320
De 31 a 60 dias	9	-	1.548	4.280
De 61 a 90 dias	-	-	1.462	2.796
Acima de 90 dias	14	-	8.020	6.332
Total	<u>9.562</u>	<u>9.737</u>	<u>45.824</u>	<u>45.649</u>

O saldo de contas a receber tem prazo médio de recebimento entre 20 e 30 dias. Para o montante vencido, há um processo de cobrança e caso exista indicação de risco no recebimento os valores são inseridos no cálculo de perdas estimadas. Não há cobrança de juros sobre o saldo de contas a receber em atraso.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possui estimativa de perdas conforme demonstrada abaixo em montante que julga ser suficiente para fazer frente às perdas de crédito esperadas.

Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	-	-	(6.332)	(5.838)
Provisões	(14)	-	(1.688)	(494)
Saldo em 31 de dezembro	(14)	-	(8.020)	(6.332)

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Matéria prima	-	-	1.894	3.455
Produtos acabados (i)	1.174	623	14.069	23.895
Insumos para geração de energia (ii)	15.343	8.694	23.285	21.834
Almoxarifado (iii)	11.129	-	44.238	36.703
Produtos agrícolas	17	27	3.932	2.886
	27.663	9.344	87.418	88.773
Provisão para perda nos estoques (iv)	-	-	(10.631)	(10.161)
Total	27.663	9.344	76.787	78.612
Circulante	27.663	9.344	50.475	49.725
Não circulante	-	-	26.312	28.887

(i) Representado por óleo de palma, óleo de palmiste e biodiesel.

(ii) Representado pelos insumos para produção de energia, óleo combustível e biomassa.

(iii) Representado por peças de reposição e materiais de manutenção.

(iv) Consideramos nesse item o material de manutenção industrial com giro acima de 12 meses e a desvalorização do custo na realização via venda subsequente.

Movimentação da provisão para perda nos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo 1º de janeiro	-	-	(10.161)	(7.975)
Provisões	-	-	(3.658)	(2.186)
Reversões	-	-	3.188	-
Saldo em 31 de dezembro	-	-	(10.631)	(10.161)

8. ATIVO BIOLÓGICO

A movimentação do valor justo no exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo 1º de janeiro	-	-	286.721	273.056
Adições por formação e valor justo (A)	14.316	-	228.846	286.721
Amortização / exaustão	-	-	(286.721)	(273.056)
Saldo em 31 de dezembro	<u>14.316</u>	<u>-</u>	<u>228.846</u>	<u>286.721</u>
Representado por:				
CFF maduro	186	-	17.641	28.529
CFF não maduro	14.130	-	211.205	258.192

A – Os ativos biológicos correspondem aos cachos de fruto fresco da palmeira de dendê, bem como os produtos agrícolas em desenvolvimento (cachos de fruto verde). Quando colhidos são utilizados como matéria prima na produção do óleo de palma e de óleo de palmiste no momento da colheita.

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, devido à complexidade e estrutura do cálculo.

As premissas de produtividade (tonelada por hectare) e preço (real por tonelada), destacam-se como sendo as principais, notadamente pela maior sensibilidade, ou seja, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

As premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

- i) Período de transformação biológica onde a produção pode ser estimada de forma confiável, 30 dias.
- ii) A produtividade (tonelada por hectare) é estimada com base no volume de CFF esperado por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas agrícolas e de manejo florestal, fatores climáticos e de condições do solo.
- iii) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com tratos e manejos florestais, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico, acrescidos do custo de oportunidade das terras próprias.
- iv) Os preços de venda do óleo bruto de palma, foram baseados em cotações na bolsa de Roterdã.

	2023	2022
Produtividade por hectare por mês	1,29	1,58
Preço sintético do óleo de palma	CIF Roterdã	CIF Roterdã

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

A Companhia administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores climáticos, é realizado monitoramento meteorológico e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o departamento agrícola adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS a recuperar	-	6.580	11.310	20.633
I.R.P.J, C.S.L.L e I.R.R.F a compensar	227	-	2.278	-
Outros impostos a recuperar	122	313	4.045	5.949
Total	349	6.893	17.633	26.582

10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a fornecedores (i)	13.117	1.892	22.565	15.704
Depósitos judiciais (ii)	274	-	7.716	6.412
Outros créditos	1.566	2.487	6.303	3.670
Total	14.957	4.379	36.584	25.786
Circulante	14.683	4.379	28.282	19.386
Não circulante	274	-	8.302	6.400

- (i) Valores referentes à aquisição futura de mercadorias, insumos e serviços para construções dos projetos em andamento.
- (ii) Depósitos judiciais trabalhistas realizados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, depositados em conta bancária antes da decisão final das ações.

11. ATIVOS MANTIDOS PARA A VENDA

Em 20 de dezembro de 2023 a controlada BBF Agro assinou contrato junto a terceiro, que consiste na alienação dos bens corpóreos e incorpóreos detidos pela Sociedade, para garantir o contrato celebrado entre a coligada e a compradora em 06 de dezembro de 2023.

No dia 28 de fevereiro de 2024 a compradora emitiu resposta no qual formaliza o exercício da opção de adquirir a totalidade dos ativos corpóreos e incorpóreos, mediante dação, como pagamento de parte do contrato firmado com a coligada, que depende da assinatura para ser considerado encerrado.

A Administração, diante da decisão da compradora, transferiu o valor líquido dos ativos não circulantes para o circulante. Abaixo resumo dos bens corpóreos e incorpóreos em 31.12.23:

Itens	Custo	(-) Depreciação	Líquido
Terrenos	1.100	-	1.100
Edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros	8.602	(425)	8.177
Móveis e utensílios	56	(6)	50
Equipamentos de informática	83	(7)	76
Máquinas e equipamentos	9.085	(1.175)	7.910
Construção em andamento	55	-	55
Adiantamento a fornecedores	350	-	350
Total corpóreos	<u>19.331</u>	<u>(1.613)</u>	<u>17.718</u>
Sistemas processamento de dados	254	(72)	182
Total geral	<u>19.585</u>	<u>(1.685)</u>	<u>17.900</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

(a) Origem do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	2023	2022
Prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda e contribuição social (3)	<u>228.653</u>	<u>230.291</u>
Provisão para riscos	10.147	10.449
Provisão de perda em estoques	3.615	2.654
Passivo de arrendamento	6.499	17.771
Outras diferenças temporárias	<u>3.728</u>	-
Imposto diferido ativo	<u>252.642</u>	<u>261.165</u>
Direito de uso	5.020	13.993
Custos do ativo biológico (1)	72.940	97.485
Compra vantajosa (2)	196.437	196.437
Outras diferenças temporárias	-	1.220
Imposto diferido passivo	<u>274.397</u>	<u>309.135</u>
Ativo não circulante	174.682	148.467
Provisão de não realização do ativo diferido	(174.682)	-
Passivo não circulante	196.437	196.437

(1) O imposto diferido foi constituído devido anteriormente os custos de formação do ativo biológico terem sido alocados ao resultado e com a classificação para o ativo circulante gerou diferença na base tributária.

- (2) A aquisição da BBR RIC em 2020 gerou o ganho vantajoso que na base tributária é excluído e passa a ser tributado somente na alienação do investimento. Com isso foi gerado a diferença temporária entre as bases.
- (3) A Companhia reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, na extensão que é provável que o lucro tributável seja disponível para uso na compensação das diferenças temporárias, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral.

A realização dos créditos de imposto de renda diferidos decorrente de prejuízos fiscais é avaliada a partir de estudos técnicos aprovados pela Diretoria e considera o planejamento orçamentário para o período de 10 anos, bem como uma projeção estável a partir de 2024. Na elaboração dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utilizou premissas, tais como crescimento das receitas e margens de lucro e fatores macroeconômicos, além de considerar o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente. Para os créditos tributários decorrentes de provisões contábeis, a expectativa foi feita considerando a estimativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2023 a controlada BBR RIC possui R\$2.323.448 (R\$2.141.440 em 31 de dezembro de 2022) de prejuízos fiscais de impostos de renda e base negativa da contribuição social para os quais não foram reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos, devido à baixa expectativa de realização nos próximos anos e os demais itens foram revertidos.

(b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Itens	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	(347.160)	651	(198.700)	(18.435)
IR e CS alíquota 34%	118.034	(221)	67.558	6.268
Equivalência patrimonial	(101.224)	18.347	-	-
Incentivo fiscal de ICMS	-	-	14.295	32.716
P.F e B.N das controladas constituído	-	-	-	(10.852)
P.F e B.N não reconhecido	(16.810)	(18.126)	(63.400)	(18.126)
Provisão de não realização do ativo diferido	-	-	(174.682)	-
Outras	-	-	7.762	9.090
Total	-	-	(148.467)	19.096
Reconhecidos no resultado				
Receita (despesa) - diferido	-	-	(148.467)	25.774
Despesa - corrente	-	-	-	(6.678)
Total	-	-	(148.467)	19.096
Alíquota efetiva			75%	-104%

13. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Controladora		Consolidado	
	Ativo		Passivo			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Henri Denterghem (i)	-	-	-	42.564	-	42.564
Margaret Steagall (iv)	-	-	1.045	-	1.045	-
Amazonbiodiesel (ii) (iii)	10.157	9.158	71.911	14.927	-	-
BBF RIC (iii)	-	-	134.060	4.904	-	-
BBF Agro (iii)	27.283	21.789	-	-	-	-
BBF Ethanol (iii)	5.095	4.685	-	-	-	-
BBF Pará II (iii)	13.273	10.303	-	-	-	-
BBF Energia do Para (iii)	27	-	-	-	-	-
BBF Transportes (iii)	55	27	-	-	-	-
Amazonbio Acre (ii) (iii)	782	525	-	-	-	-
Total	<u>56.672</u>	<u>46.487</u>	<u>207.016</u>	<u>62.395</u>	<u>1.045</u>	<u>42.564</u>

- (i) Em 30 de junho de 2023 os familiares do Sr.Henri Denterghem, que detinham as ações, transferiram 100% de suas ações e por esse motivo o saldo em aberto deixou de ser parte relacionada. Dessa forma, o saldo em aberto foi transferido para rubrica “Empréstimos”.
- (ii) Referem-se a transações de compra e venda. Essas transações são efetuadas a preços firmados entre as partes em moeda local. Os saldos em aberto no encerramento do período/exercício não têm garantias e são liquidados através do contrato de conta corrente. Durante o período/exercício, não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.
- (iii) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e suas controladas, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (iv) Contrato de mútuo firmado em 26 de outubro de 2023, no montante de R\$1.000 mil com remuneração CDI + 8% ao ano.

Transações:

	Receita operacional líquida		Custo dos produtos vendidos	
	2023	2022	2023	2022
Amazonbiodiesel	4.308	389	(4.308)	(1.032)
BBF RIC	2.097	17.892	(2.097)	(12.681)
BBF Agro	405	-	(405)	-
BBF S.A.	4.613	-	(4.613)	-
Amazonbio Acre	-	14.454	-	(10.633)
Total	<u>11.423</u>	<u>32.735</u>	<u>(11.423)</u>	<u>(24.346)</u>

Compartilhamento de despesas

A Companhia, em conjunto com outras entidades do Grupo compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais, qualificada como centro de serviços compartilhado. Os custos relacionados aos negócios são reconhecidos em cada uma das empresas segundo a praticabilidade e razoabilidade que lhes são atribuídos.

<u>Empresas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
BBF S.A.	43.463	30.768
BBF RIC	(34.283)	(22.529)
Amazonbio	(9.180)	(8.239)

Remuneração da Administração

A remuneração total dos executivos da Companhia totalizou R\$2.290 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.920 em 31 de dezembro de 2022). Esses benefícios de curto prazo são compostos basicamente de salários, contribuições para seguridade social, contribuições para previdência privada, encargos sociais, participação nos lucros (programa PLR) e bônus.

Não existe remuneração vinculada a benefícios pós emprego, benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

14. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PERDA INVESTIMENTOS

a) Informações sobre as investidas:

Controladas	% Participação		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) exercício		Equivalência		Saldo investimentos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Amazonbio Indústria	99,67%	99,67%	21.573	22.835	(1.273)	(899)	(1.269)	(896)	21.502	22.760
Brasil Bio Fuels Pará Ltda.	100,00%	100,00%	<u>1.266.173</u>	<u>1.551.194</u>	<u>(285.021)</u>	<u>59.193</u>	<u>(285.021)</u>	<u>59.183</u>	<u>1.266.173</u>	<u>1.551.194</u>
Total investimento			<u>1.287.746</u>	<u>1.574.029</u>	<u>(286.294)</u>	<u>58.294</u>	<u>(286.290)</u>	<u>58.287</u>	<u>1.287.675</u>	<u>1.573.954</u>
Amazonbio - Acre Indústria	99,99%	99,99%	(829)	(875)	50	(130)	50	(130)	(829)	(875)
Amazonbiodiesel Indústria	99,99%	99,99%	(4.200)	(3.872)	(328)	(379)	(327)	(368)	(4.201)	(3.872)
BBF Agroindustrial	99,99%	99,99%	(9.660)	(3.424)	(6.236)	(3.349)	(6.234)	(3.349)	(9.659)	(3.424)
Brasil Bio Fuels Pará II S.A.	100,00%	100,00%	(2.822)	(353)	(2.469)	(354)	(2.469)	(354)	(2.822)	(353)
Brasil Bio Fuels Ethanol Ltda.	100,00%	100,00%	(2.515)	(97)	(2.418)	(97)	(2.418)	(97)	(2.515)	(97)
BBF Transportes Fluviais Ltda.	100,00%	100,00%	(56)	(25)	(31)	(26)	(31)	(26)	(56)	(25)
Total provisão de perda			<u>(20.082)</u>	<u>(8.646)</u>	<u>(11.432)</u>	<u>(4.335)</u>	<u>(11.429)</u>	<u>(4.324)</u>	<u>(20.082)</u>	<u>(8.646)</u>
Investimento líquido			<u>1.267.664</u>	<u>1.565.383</u>	<u>(297.726)</u>	<u>53.959</u>	<u>(297.719)</u>	<u>53.963</u>	<u>1.267.593</u>	<u>1.565.308</u>

b) Movimentação:

	2023	2022
Saldo inicial	1.565.308	1.511.362
Outras transações	4	(17)
Equivalência patrimonial	<u>(297.719)</u>	<u>53.963</u>
Saldo final	<u>1.267.593</u>	<u>1.565.308</u>

c) Informações adicionais sobre as investidas:

Itens	2023								
	Amazonbio	Amazonbio Acre	Amazon biodiesel	BBF Agro	BBF Pará	BBF Pará II	BBF Ethanol	BBF	
								Transportes	BBF RIC
Ativo	141.190	-	5.993	20.052	1.462.636	30.280	13.262	1	1.781.974
Passivo	119.616	829	10.193	29.712	196.463	33.102	15.777	57	319.360
Patrimônio líquido (negativo)	21.574	(829)	(4.200)	(9.660)	1.266.173	(2.822)	(2.515)	(56)	1.462.614
Receita operacional líquida	130.953	-	-	3.040	-	-	-	-	629.409
Custo dos produtos vendidos	(95.950)	-	-	(6.114)	-	-	-	-	(682.084)
Despesas operacionais	(20.092)	(51)	(323)	(3.146)	(285.021)	(559)	(394)	(28)	(69.110)
Despesa financeira	(14.510)	56	(5)	(16)	-	(1.910)	(2.786)	(3)	(18.788)
Receita financeira	512	45	-	-	-	-	762	-	1.834
Imposto de renda e contribuição social	(2.186)	-	-	-	-	-	-	-	(146.281)
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>1.273</u>	<u>50</u>	<u>(328)</u>	<u>(6.236)</u>	<u>(285.021)</u>	<u>(2.469)</u>	<u>(2.418)</u>	<u>(31)</u>	<u>(285.020)</u>
	2022								
Itens	Amazonbio	Amazonbio Acre	Amazon biodiesel	BBF Agro	BBF Pará	BBF Pará II	BBF Ethanol	BBF	
								Transportes	BBF RIC
Ativo	127.106	(1)	6.005	23.568	1.718.869	10.037	13.263	2	1.980.872
Passivo	104.260	879	9.877	26.988	-	10.390	13.359	27	233.230
Patrimônio líquido (negativo)	22.846	(880)	(3.872)	(3.420)	1.718.869	(353)	(96)	(25)	1.747.642
Receita operacional líquida	163.553	-	-	546	-	-	-	-	832.297
Custo dos produtos vendidos	(125.893)	-	-	(1.387)	-	-	-	-	(675.889)
Despesas operacionais	(26.314)	(130)	(374)	(2.473)	59.193	(353)	(90)	(24)	(102.853)
Despesa financeira	(14.846)	(6)	(5)	(54)	-	(1)	(7)	(2)	(26.762)
Receita financeira	1.187	10	-	19	-	-	-	-	14.718
Imposto de renda e contribuição social	1.414	-	-	-	-	-	-	-	17.682
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>(899)</u>	<u>(126)</u>	<u>(379)</u>	<u>(3.349)</u>	<u>59.193</u>	<u>(354)</u>	<u>(97)</u>	<u>(26)</u>	<u>59.193</u>

15. IMOBILIZADO

	Controladora								
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terrenos	Imobilizado em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
Taxas anuais de depreciação (%)	4%	20%	10%	10%	20%	-	-	-	
<u>Custo</u>									
Em 1º de janeiro de 2022	72.684	1.937	651	59.237	3.760	74.332	37.902	30.242	280.745
Adições	1.368	2.688	403	12.982	1.165	874	154.566	170.322	344.368
Baixas	-	-	(2)	-	(242)	-	-	-	(244)
Transferências	7.252	(424)	(2)	61.647	-	64.047	(7.264)	(125.256)	-
Em 31 de dezembro de 2022	81.304	4.201	1.050	133.866	4.683	139.253	185.204	75.308	624.869
Adições (ii)	28	3.784	216	9.765	2.504	28.425	126.517	2.011	173.250
Baixas	(14)	(21)	(61)	-	-	-	(7.226)	(17.147)	(24.469)
Transferências (i)	101.675	(3.604)	147	39.355	-	-	(142.406)	-	(4.833)
Em 31 de dezembro de 2023	182.993	4.360	1.352	182.986	7.187	167.678	162.089	60.172	768.817
<u>Depreciação</u>									
Em 1º de janeiro de 2022	(3.660)	(288)	(131)	(3.512)	(1.624)	-	-	-	(9.215)
Baixas	-	-	2	-	100	-	-	-	102
Adições	(3.359)	(365)	(84)	(3.783)	(824)	-	-	-	(8.415)
Em 31 de dezembro de 2022	(7.019)	(653)	(213)	(7.295)	(2.348)	-	-	-	(17.528)
Baixas	-	11	-	2	-	-	-	-	13
Adições	(3.474)	(533)	(111)	(14.114)	(724)	-	-	-	(18.956)
Em 31 de dezembro de 2023	(10.493)	(1.175)	(324)	(21.407)	(3.072)	-	-	-	(36.471)
<u>Valor residual líquido</u>									
Em 31 de dezembro de 2022	74.285	3.548	837	126.571	2.335	139.253	185.204	75.308	607.341
Em 31 de dezembro de 2023	172.500	3.185	1.028	161.579	4.115	167.678	162.089	60.172	732.346

	Consolidado								
	Benefitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terrenos	Imobilizado em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
Taxas anuais de depreciação (%)	4%	20%	10%	10%	20%	-	-	-	
<u>Custo</u>									
Em 1º de janeiro de 2022	428.642	19.747	11.394	508.154	23.198	305.077	68.034	2.593	1.366.839
Adições	2.464	4.586	1.764	57.242	9.723	14.153	224.223	240.136	554.291
Baixas	(878)	(199)	(13)	(3.420)	(1.382)	-	-	-	(5.892)
Transferências	3.640	(984)	(157)	114.879	(1.782)	64.047	(34.019)	(145.624)	-
Em 31 de dezembro de 2022	433.868	23.150	12.988	676.855	29.757	383.277	258.238	97.105	1.915.238
Adições (ii)	28	6.217	757	29.440	4.097	28.437	207.510	2.358	278.844
Baixas	(13)	(142)	(77)	(4.546)	(1.991)	(7)	(7.262)	(24.896)	(38.934)
Transferências (i)	148.121	(2.324)	128	66.602	32	-	(218.061)	669	(4.833)
Em 31 de dezembro de 2023	582.004	26.901	13.796	768.351	31.895	411.707	240.425	75.236	2.150.315
<u>Depreciação</u>									
Em 1º de janeiro de 2022	(65.743)	(14.254)	(8.345)	(303.743)	(20.337)	-	-	-	(412.422)
Baixas	181	171	8	2.516	1.237	-	-	-	4.113
Transferências	(13.765)	767	156	912	1.783	-	-	-	(10.147)
Adições	(17.749)	(1.786)	(741)	(39.493)	(1.544)	-	-	-	(61.313)
Em 31 de dezembro de 2022	(97.076)	(15.102)	(8.922)	(339.808)	(18.861)	-	-	-	(479.769)
Baixas	-	119	4	3.996	1.877	-	-	-	5.996
Adições	(19.534)	(2.206)	(816)	(51.594)	(2.803)	-	-	-	(76.953)
Em 31 de dezembro de 2023	(116.610)	(17.189)	(9.734)	(387.406)	(19.787)	-	-	-	(550.726)
Reclassificação ativos mantidos para venda NE 11	(8.177)	(76)	(50)	(7.910)	-	(1.100)	(55)	(350)	(17.718)
<u>Valor residual líquido</u>									
Em 31 de dezembro de 2022	336.792	8.048	4.066	337.047	10.896	383.277	258.238	97.105	1.435.469
Em 31 de dezembro de 2023	457.217	9.636	4.012	373.035	12.108	410.607	240.370	74.886	1.581.871

(i) O saldo de R\$4.833 corresponde aos gastos com projeto SAP que foram transferidos para o intangível.

(ii) Em 31 de dezembro de 2023 foram capitalizados juros no montante de R\$35.802 decorrente do financiamento com o Banco da Amazônia e estão alocados em “imobilizado em andamento” referente ao projeto de Baliza. O referido projeto será transferido quando entrar em operação comercial.

A Companhia e suas controladas não concederam bens do ativo imobilizado como qualquer garantia.

Perdas pela não recuperabilidade de Imobilizado e Intangíveis de vida útil definida (Impairment)

De acordo com o CPC 01 e IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos de vida útil definida, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração revisou o valor contábil líquido do imobilizado não identificou eventos ou mudanças: (i) operacionais que indicasse a obsolescência ou dano físico de seus ativos imobilizados; (ii) tecnológicas que indicasse desatualização de plataformas e softwares que afetem o desempenho dos ativos imobilizado, (iii) indicativos de deterioração ou ociosidade do ativo imobilizado em decorrência da passagem do tempo ou do uso normal, (iv) relatórios internos gerenciais que indicassem algum plano de descontinuidade ou reestruturação da Companhia, que em conjunto ou individualmente possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

16. PLANTAS PORTADORAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo 1º de janeiro	126.374	97.728	711.342	709.241
Adição de custos (i)	32.509	30.737	32.509	30.738
Depreciação	(2.169)	(2.091)	(28.715)	(28.637)
Saldo 31 de dezembro	<u>156.714</u>	<u>126.374</u>	<u>715.136</u>	<u>711.342</u>
Custo total	163.066	130.556	957.812	925.303
Depreciação acumulada	(6.352)	(4.182)	(242.676)	(213.961)

(i) São considerados os gastos necessários para manutenção do plantio como mão de obra funcionários, transporte de insumos e manutenção.

17. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO

Na adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia registrou o arrendamento de geradores de energia que vigoram por período de quinze (15) anos, podendo ser renovado ou não por um período não estipulado em contrato.

Foram contabilizados os valores correspondentes aos contratos vigentes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes.

O reconhecimento inicial do direito de uso do ativo está mensurado pelo custo a incorrer trazido a valor presente à taxa de 14,34% ao ano, que a administração da Companhia avaliou e entendeu que seria a melhor taxa levando em consideração o cenário atual que a Companhia está exposta. O custo compreende o valor da mensuração inicial e a amortização desses saldos se dará conforme prazos definidos nos contratos de arrendamento.

Movimentação do ativo de direito de uso:

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2022	45.416
Amortização	(4.260)
Em 31 de dezembro de 2022	41.156
Efeito da renegociação comercial	(19.007)
Amortização	(7.383)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>14.766</u>

Em 30 de junho de 2023 a Administração renegociou o contrato de locação com o fornecedor Aggreko Energia Locação de Geradores Ltda. O contrato anterior considerou o prazo de 15 anos de locação, compreendendo o período de 01/01/19 a 31/08/32, taxa de 22,42% a.a. e valores base de R\$1.056 mil ao mês. A renegociação passou a vigorar com período de 01/01/20 a 31/12/25, taxa de 14,34% a.a. e valores base de R\$921 mil ao mês.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não há indicativos de redução do valor recuperável desses ativos.

Arrendamento

A Companhia reconhece as obrigações decorrentes de seus arrendamentos, anteriormente denominados leasings. Os passivos foram reconhecidos pelos saldos a pagar remanescentes, sem adição de PIS/COFINS, visto que não há recuperabilidade do mesmo, mensurados ao valor presente pela taxa de desconto incremental aplicada no contrato de arrendamento a alíquota de 14,34% a.a.

Movimentação do arrendamento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo 1º de janeiro	52.269	54.930
Juros incorridos	4.969	10.011
Principal pago	(2.321)	(2.661)
Juros pagos	(8.730)	(10.011)
Efeito da renegociação comercial	(27.071)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>19.116</u>	<u>52.269</u>
Circulante	11.051	12.000
Não circulante	8.065	40.269

A previsão dos fluxos de pagamentos dos arrendamentos a pagar, líquido e bruto de juros a incorrer, é como segue:

<u>Previsão de pagamentos</u>	<u>Valores líquidos de juros</u>	<u>Valor bruto com juros a incorrer</u>
2024	11.051	11.051
2025	8.065	11.051
	<u>19.116</u>	<u>22.102</u>

Efeito de inflação

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 IFRS 16 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento de direito de uso, amortização e despesa financeira. A companhia estima uma taxa de 3,92% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no exercício de 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado	
	Valor contábil	Inflação projetada
Ativo de direito de uso, líquido	14.766	15.345
Passivo de arrendamento	19.116	19.865
Despesa de amortização	(7.383)	(7.672)
Despesas financeiras	(4.969)	(5.164)

Apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de juros e da despesa de amortização dos exercícios findos em de 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

	Consolidado	
	2023	2022
<u>Ativo de direito de uso</u>		
Valor do custo	44.298	58.196
Amortização acumulada	(29.532)	(17.040)
Total	14.766	41.156
<u>Passivo de arrendamento</u>		
Arrendamento	19.116	52.269
<u>Resultado</u>		
Despesa com juros de arrendamento	(4.969)	(10.011)
Despesa com amortização de direito de uso	(7.383)	(4.260)
Efeito da renegociação no ativo de direito de uso	(19.007)	-
Efeito da renegociação no passivo de arrendamento	27.071	-
Total	8.064	-

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de materiais	34.765	17.885	87.717	54.850
Fornecedores de ativo fixo	7.413	17.156	8.769	20.182
Fornecedores de utilidades e serviços	21.583	11.286	90.607	48.679
Outros	-	-	903	4.008
Total	63.761	46.327	187.996	127.719
Circulante	63.761	46.327	187.996	124.642
Não circulante	-	-	-	3.077

19. DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES

Debêntures	Indexador	Acréscimos de juros médios a.a.	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2023	2022	2023	2022
1ª emissão	CDI	7,90%	21/03/29	50.454	55.492	50.454	55.492
2ª emissão - B	CDI	6,75%	15/04/27	31.115	31.221	31.115	31.221
2ª emissão - A	IPCA	14,00%	15/04/27	115.622	110.355	115.622	110.355
Total				197.191	197.068	197.191	197.068
Circulante				197.191	13.188	197.191	13.188
Não Circulante				-	183.880	-	183.880

Movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	197.068	-	197.068	-
Captações	-	188.464	-	188.464
Juros incorridos	36.338	20.480	36.338	20.480
Principal pago	(4.583)	-	(4.583)	-
Juros pagos	(31.632)	(11.876)	(31.632)	(11.876)
Saldo em 31 de dezembro	197.191	197.068	197.191	197.068

Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados em base semestral e anual, estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes que compreendem a relação de dívida líquida/“Ebitda”, índice de liquidez corrente (ativo circulante/passivo circulante) e índice de cobertura do serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não está em conformidade com as cláusulas restritivas, sendo que o índice de liquidez corrente ficou abaixo do estipulado, por esse motivo o valor da dívida foi considerado todo no circulante. Os atingimentos futuros das cláusulas restritivas financeiras estão condicionadas ao sucesso das negociações com os credores, como mencionado na nota explicativa nº 1.2.

O contratos das debêntures possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado relacionados ao “Cross Default”.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Linha	Indexador	Juros médios a.a	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Capital de Giro (i)	CDI + Selic	2,09% a 35,15% 4,65% a	316.413	266.548	374.788	295.054
Finame	Selic BNDES	5,10% 12,25% a	640	-	16.348	-
Financiamento	-	20,98% 3,50% a	34.445	23.646	44.886	31.609
Máquinas e Equipamentos	Selic	20,27%	6.246	7.227	36.038	44.902
Aria Capital	US\$	15,00%	-	-	10.682	-
Henri Denterghem	Selic	12,75%	46.805	-	46.805	-
Cédula de Produto Rural (CPR)	CDI	4,95%	-	-	6.716	9.000
Total			404.549	297.421	536.263	380.565
Circulante			157.365	76.400	251.003	112.824
Não Circulante			247.184	221.021	285.260	267.741

(i) Em 14 de dezembro de 2023 o contrato junto ao Banco Amazônia foi aditado e o vencimento passou para 20/01/2025, mantendo-se as demais cláusulas conforme contrato anterior.

Movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	297.421	58.039	380.565	81.917
Henri (ii)	44.598	-	44.598	-
Captações (i)	148.853	316.310	246.076	388.860
Principal pago	(95.156)	(84.183)	(149.640)	(109.634)
Juros incorridos	62.786	9.450	80.091	23.834
Juros pagos	(53.953)	(2.195)	(65.427)	(4.412)
Saldo em 31 de dezembro	404.549	297.421	536.263	380.565

Em 31 de dezembro de 2023 a Controladora capitalizou parte dos juros sobre empréstimos do Banco da Amazônia no montante de R\$35.802.

- (i) A Companhia captou valores para continuar o seu plano de investimentos representado pelos projetos UTE de São João da Baliza, Extrusora de soja no Pará e outros.
- (ii) Em 30 de junho de 2023 os familiares do Sr. Henri Denterghem, que detinham as ações, transferiram 100% de suas ações e por esse motivo o saldo em aberto deixou de ser parte relacionada.

Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os contratos dos empréstimos e financiamentos não estão sujeitos a cláusula restritiva (“covenants”) financeiros de vencimento antecipado. Ainda, os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado relacionado ao “Cross Default”.

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS a recolher	5.220	4.665	9.730	6.649
Parcelamentos federais	8.972	3.541	24.462	15.040
INSS sobre receita	141	864	4.188	2.978
Pis e Cofins a recolher	1.315	-	3.087	437
I.S.S a recolher	269	369	2.552	1.043
Outros	377	1.072	1.946	3.943
Total	16.294	10.748	45.965	30.090
Circulante	4.057	7.025	18.249	15.500
Não circulante	12.237	3.723	27.716	14.590

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Devolução de créditos tributários (i)	-	-	5.592	16.386
Aquisição de terras	25.548	-	25.548	4.204
Aquisição de investimentos	-	1.646	-	1.646
Gastos com P&D energia	597	391	3.478	2.724
Outras obrigações	4.315	5.102	8.161	6.896
Total	30.460	7.139	42.779	31.856
Circulante	11.228	6.745	15.069	8.538
Não Circulante	19.232	394	27.710	23.318

- (i) Obrigação de devolução de créditos tributários junto à Vale S.A. após a transferência do controle acionário de sua então controlada BBF RIC. A redução no saldo é referente a compensação dos pagamentos de processos trabalhistas de responsabilidade da antiga controladora.

23. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

	Consolidado	
	2023	2022
Trabalhista	29.223	30.164
Ambiental	70	93
Cível	568	430
Tributário	-	44
Total	<u>29.861</u>	<u>30.731</u>

Movimentação da provisão:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo 1º de janeiro	30.731	21.412
Provisões	-	9.319
Reversões	(870)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>29.861</u>	<u>30.731</u>

Referente as causas trabalhistas, em geral, os reclamantes são ex-colaboradores da área agrícola e da indústria. Essas reclamações são divididas principalmente nas seguintes categorias:

- (i) Horas extra excessivas.
- (ii) Bônus de risco à saúde.
- (iii) Subsídio adicional para trabalho noturno.
- (iv) Reembolso de honorários advocatícios.
- (v) Indenizações por danos morais. Uma reivindicação pode ter uma ou mais categorias.

Demandas judiciais com probabilidade de perda possível

As demandas judiciais não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza ambiental, tributária, administrativo, cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam no Grupo o total demonstrado abaixo:

<u>Natureza</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ambiental (*)	367	18.421
Tributário (*)	5.844	34.769
Administrativo (**)	72.445	-
Cível (*)	25.853	42.200
Trabalhista	<u>55.728</u>	<u>60.052</u>
Total	<u>160.237</u>	<u>155.442</u>

(*) Em 2022 existiam processos para os quais os processos foram atualizados e a estimativa de perda foi alterada para remota.

Abaixo descrevemos os processos possíveis relevantes:

(**) A BBF S.A tem processos administrativos, movidos pela ANEEL, no montante de R\$66.017 mil em que o empreendedor é questionado sobre os atrasos de cronograma na implantação da UTE Baliza e UTE HFSJ.

A controlada BBF RIC tem diversos processos trabalhistas no montante de R\$55.566 e são reclamações relacionadas principalmente a adicional de insalubridade, dano moral por suportas instalações sanitárias inadequadas e/ou ausência de local adequado para as refeições, horas extras, além de intervalo obrigatório do trabalhador rural.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 8 de setembro de 2023 foi aprovado a capitalização do saldo da reserva para aumento de capital no montante de R\$900.000 mil, sem emissão de novas ações, de forma que as reservas não ultrapassem o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6.404/76.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro 2023, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.032.723 (um bilhão, trinta e dois milhões, setecentos e vinte e três mil reais) e em 31 de dezembro de 2022 é de R\$132.723 (cento e trinta e dois milhões, setecentos e vinte e três mil reais), divididos em 6.055.973 (seis milhões, cinquenta e cinco mil e novecentos e setenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	2023	%	2022	%
Sócrates Participação S.A.	5.381.943	88,87%	3.934.566	64,97%
J.C Investimentos Ltda.	546.854	9,025%	546.552	9,03%
Pierre Charles de Kerchove de Denterghem	-	-	433.608	7,16%
Diego Emmanuel de Kerchove de Denterghem	-	-	433.608	7,16%
Celine Marie de Kerchove de Denterghem	-	-	357.302	5,90%
Marina Born de Engels	-	-	223.163	3,69%
Marina Lagreca	76.305	1,26%	76.305	1,26%
Jadir Teixeira Barbosa	42.392	0,70%	42.392	0,70%
Waldir Roberto Moraes Coelho	8.479	0,14%	8.477	0,14%
Total	<u>6.055.973</u>		<u>6.055.973</u>	

b) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% de lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de incentivos fiscais

A constituição da reserva de subvenção deu-se após a confirmação pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep de que o projeto de desenvolvimento de catalisador foi devidamente comprovado e aprovado, através da reversão da conta "Projetos e financiamentos - Finep" - Créditos a receber para aplicação de projetos no valor de R\$7.405 mil. O enquadramento como subvenção possibilita a não tributação dos incentivos pelo Imposto de Renda, mediante reconhecimento do montante não tributado em reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Nos termos da legislação tal reserva não pode ser utilizada para distribuição de dividendos, só podendo ser utilizada para as finalidades expressamente indicadas acima.

Reserva de orçamento de capital

Em AGE realizada em 11 de dezembro de 2023, os acionistas da companhia representando 100% (cem por cento) do seu capital social aprovaram, com base no art. 196 da Lei 6.404/76, a retenção de parte do lucro apurado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. Referido montante, somado aos lucros auferidos em exercícios anteriores, constituem a reserva de orçamento de capital.

Reserva especial

Em AGE realizada em 11 de dezembro de 2023, os acionistas da companhia representando 100% (cem por cento) do seu capital social aprovaram, com base no art. 202, §§ 4º e 5º, da Lei 6.404/76, a retenção de parte do lucro apurado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. Referido montante, mensurado com base no estatuto vigente à época, constituem a reserva especial.

c) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que dos resultados apurados serão deduzidos inicialmente os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuição social. Será distribuído como dividendo obrigatório 10% do lucro remanescente ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Companhia por Ações, exceto se decidido diferente, de forma unânime, em Assembleia de Acionistas.

d) Lucro/(prejuízo) por ação

O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o período. Não houve efeitos diluidores no exercício.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	(347.160)	651
Média ponderada do número de ações no exercício	<u>6.055.973</u>	<u>6.055.973</u>
Lucro (prejuízo) do exercício por ação - em Reais	<u>(57,33)</u>	<u>0,11</u>

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Venda de produtos e serviços	23.980	35.006	709.301	978.615
Venda de energia elétrica	<u>80.397</u>	<u>58.253</u>	<u>210.398</u>	<u>183.184</u>
	104.377	93.259	919.699	1.161.799
Devolução de vendas	(460)	(195)	(4.953)	(17.761)
Impostos sobre vendas	(8.989)	(10.456)	(43.084)	(54.686)
Fretes sobre vendas	<u>(1.211)</u>	<u>(6.033)</u>	<u>(25.966)</u>	<u>(55.276)</u>
Total	<u>93.717</u>	<u>76.575</u>	<u>845.696</u>	<u>1.034.076</u>

O grupo possui três clientes que tem concentração acima de 10%.

- (i) O cliente Oleoplan Para e NE Industria de Biocombustível Ltda. tem contrato de compra de Óleo de Palma, vigente por 60 meses, para os quais está definido o volume a ser produzido e fornecido. Em 31 de dezembro de 2023 do saldo de R\$97.877, classificado como adiantamento de clientes, a Oleoplan representa 97,94%, para os quais existe cronograma de remessa da mercadoria.
- (ii) O cliente M Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos tem contrato de fornecimento anual de Óleo de Palma o qual está vigente por 18 meses.
- (iii) O cliente Roraima Energia, grupo Energisa e Amazonas Energia consomem 100% da energia gerada, estipulada nos leilões para concessão de energia, que tem prazo de duração de trinta anos.

A Administração entende não haver risco de perda de receita devido essa concentração, estando segura de que a produção do Óleo de Palma e Energia podem ser direcionados para outros clientes.

26. DESPESAS E CUSTO POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Mão de obra	(46.715)	(45.911)	(267.729)	(268.034)
Material	(7.542)	(9.557)	(107.082)	(174.646)
Utilidades	(86.687)	(86.021)	(211.595)	(211.104)
Depreciação e amortização	(21.771)	(12.148)	(401.548)	(367.218)
Serviços compartilhados	43.463	30.768	-	-
Outros custos e despesas, líquidos	47.550	16.469	49.823	17.726
Total	<u>(71.702)</u>	<u>(106.400)</u>	<u>(938.131)</u>	<u>(1.003.276)</u>
Apresentadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(118.326)	(111.187)	(891.361)	(875.570)
Despesas gerais e administrativas	(23.270)	(23.703)	(92.170)	(113.690)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	70.204	28.490	45.400	(14.016)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos (NE 20)	(62.786)	(9.450)	(80.091)	(23.834)
Juros capitalizados (NE 15)	35.802	8.205	35.802	8.205
Juros de debêntures (NE 19)	(36.338)	(20.480)	(36.338)	(20.480)
Juros de arrendamento (NE 17)	-	-	(4.969)	(10.011)
Despesas bancárias	(3.099)	(2.719)	(4.325)	(3.300)
Antecipação títulos	-	-	(5.483)	(10.360)
Juros sobre mútuo	(2.788)	-	(2.788)	-
Juros sobre pagamentos diversos	(2.634)	-	(9.092)	-
Outras despesas financeiras	(1.026)	(319)	(3.547)	(6.654)
Total	<u>(72.869)</u>	<u>(24.763)</u>	<u>(110.831)</u>	<u>(66.434)</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicação financeira	986	1.268	3.227	17.102
Descontos obtidos	425	8	549	94
Outras receitas financeiras	2	-	790	3
Total	<u>1.413</u>	<u>1.276</u>	<u>4.566</u>	<u>17.199</u>

28. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida do Grupo para a relação ajustada do capital ao final do período e exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Total do passivo e participação dos não controladores	949.409	636.631	1.390.697	1.153.929
Total do caixa e equivalente de caixa	(32.145)	(3.264)	(44.302)	(108.512)
Total dos depósitos bancários vinculados (=) Dívida líquida (A)	<u>(2.631)</u>	<u>-</u>	<u>(2.631)</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores (B)	<u>914.633</u>	<u>633.367</u>	<u>1.343.764</u>	<u>1.045.417</u>
Índice de alavancagem (A/B)	<u>65,09%</u>	<u>36,14%</u>	<u>95,62%</u>	<u>59,66%</u>

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais.

29.1. Instrumentos financeiros por categoria

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivo mensurado ao custo amortizado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	44.302	108.512	-	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	2.631	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	37.804	39.317	-	-
Instrumentos financeiros ativos	<u>46.933</u>	<u>108.512</u>	<u>37.804</u>	<u>39.317</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores	-	-	-	-	187.996	127.719
Partes relacionadas	-	-	-	-	1.045	42.564
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	536.263	380.565
Debêntures	-	-	-	-	197.191	197.068
Arrendamento	-	-	-	-	19.116	52.269
Passivos financeiros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>941.611</u>	<u>800.185</u>

Os instrumentos financeiros referentes a caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos do Grupo, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

Não houve transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b) Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

O departamento de Gestão de Risco Mundial do Grupo estabelece princípios, procedimentos e políticas, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Risco de mercado

Risco cambial

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita), o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira e do saldo de caixa em moeda estrangeira. A Companhia tem contrato de empréstimos em moeda estrangeira USD2.145 mil sendo as demais contas de ativo e passivo todas controladas na moeda local (Real).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia virem a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	32.145	3.264	44.302	108.512
Depósitos bancários vinculados	2.631	-	2.631	-
Contas a receber	9.548	9.737	37.804	39.317
Total	<u>44.324</u>	<u>13.001</u>	<u>84.737</u>	<u>147.829</u>

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<u>Passivos financeiros</u>				
Empréstimos e financiamentos	404.549	297.421	536.263	380.565
Debêntures	197.191	197.068	197.191	197.068
Total	601.740	494.489	733.454	577.633

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros de instrumentos derivativos e não derivativos na data de relatório, vide quadro abaixo, em que a exposição líquida a taxa de juros em 31 de dezembro de 2023 era de R\$669.835.

Para tais passivos com taxas de juros variáveis (taxa CDI), a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto na data de relatório estava em aberto durante todo o exercício. A Companhia, baseada na expectativa do Boletim Focus e suportado também pela expectativa expressa nos relatórios de projeções dos principais bancos do país, não espera que a apreciação na taxa DI seja razoavelmente possível em breve, e, portanto, não considerou cenários nesse sentido. Logo, as taxas destacadas nos três cenários abaixo são usadas ao reportar o risco de taxa de juros internamente para o pessoal-chave da Administração e representa a avaliação da Administração da alteração razoavelmente possível nas taxas de juros.

Cenário I - Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das informações financeiras.

Cenário II - Corresponde a alteração de 10% nas taxas de juros, apreciação e depreciação, calculadas sobre a taxa do cenário I, tendo em vista o julgamento da administração e indicadores econômicos disponíveis.

Cenário III - Corresponde a alteração de 20% nas taxas de juros, apreciação e depreciação, calculadas sobre a taxa do cenário II, tendo em vista o julgamento da administração.

Instrumentos	Exposição em 2023	Risco	Apreciação de taxas									
			Provável		Variação do índice em 10%		Variação do índice em 20%		Variação do índice em 10%		Variação do índice em 20%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros:												
Aplicações financeiras	2.331	CDI	12,83	299	14,11	329	15,40	359	11,55	269	10,26	239
Aplicações financeiras	8.744	CDI	12,32	1.077	13,55	1.185	14,78	1.292	11,09	970	9,86	862
Aplicações financeiras	7.658	CDI	12,77	978	14,05	1.076	15,32	1.173	11,49	880	10,22	783
Total	18.733			2.354		2.590		2.824		2.119		1.884
Passivos financeiros:												
Debêntures	81.569	CDI	13,04	10.637	14,34	11.697	15,65	12.766	11,74	9.576	10,43	8.508
Debêntures	115.622	IPCA	4,62	5.342	5,08	5.874	5,54	6.405	4,16	4.810	3,70	4.278
Empréstimos - Henri	46.805	Selic	11,75	5.500	12,93	6.052	14,10	6.600	10,57	4.947	9,40	4.400
Empréstimos - Aria em USD	10.682	US\$	4,98	10.682	5,48	11.755	5,98	12.827	4,48	9.610	3,98	8.537
Empréstimos	52.386	Selic	11,75	6.155	12,93	6.774	14,10	7.386	10,57	5.537	9,40	4.924
Empréstimos	374.788	CDI	13,04	48.872	14,34	53.745	15,65	58.654	11,74	44.000	10,43	39.090
Empréstimos	6.716	TJLP	6,53	439	7,18	482	7,84	527	5,88	396	5,22	352
Total	688.568			87.627		96.379		105.165		78.876		70.089
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	669.835			85.273		93.789		102.341		76.757		68.205
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						8.516		17.068		(8.516)		(17.068)

Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos (contas a receber), dos adiantamentos a fornecedores (nota 8) e seu caixa e equivalentes de caixa. Para atenuar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor, bem como exige garantias, principalmente notas promissórias (para clientes que avalia serem de maior risco).

A Companhia entende que o risco de crédito está coberto com a política de contabilização da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa e procedimentos de gerenciamento de risco. As contas a receber por idade de vencimento e as eventuais perdas esperadas estão demonstradas na nota 6.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez são de garantir, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empréstimos e financiamentos	404.549	297.421	536.263	380.565
Debêntures	197.191	197.068	197.191	197.068
Fornecedores	63.761	46.327	187.996	127.719
Partes relacionadas a pagar	207.016	62.395	1.045	42.564
Adiantamento de clientes	1.335	-	97.877	33.375
Outras obrigações	30.460	7.139	42.779	31.856
Arrendamento	-	-	19.116	52.269
Total	904.312	610.350	1.082.267	865.416
Circulante	430.880	142.660	744.840	304.567
Não circulante	473.432	467.690	337.427	560.849

A seguir estão demonstrados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados e excluindo impacto dos acordos de compensação:

<u>Consolidado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo de caixa</u>	<u>12 meses</u>	<u>> 12 meses</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	536.263	598.329	60.447	537.882
Debêntures	197.191	271.412	35.824	235.588
Fornecedores	187.996	187.996	187.996	-
Partes relacionadas a pagar	1.045	1.045	24	1.021
Adiantamento de clientes	97.877	97.877	82.530	15.347
Outras obrigações	42.779	42.779	27.710	15.069
Arrendamento	19.116	19.116	8.065	11.051
Total	<u>1.082.267</u>	<u>1.218.554</u>	<u>388.596</u>	<u>829.958</u>

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade e perpetuação dos negócios da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esses custos financeiros relacionados.

Condizente com outras companhias do setor, a administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira são:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empréstimos e financiamentos	404.549	297.421	536.263	380.565
Debêntures	197.191	197.068	197.191	197.068
Partes relacionadas a pagar	207.016	62.395	1.045	42.564
Caixa e equivalentes de caixa	(32.145)	(3.264)	(44.302)	(108.512)
Depósitos bancários vinculados	(2.631)	-	(2.631)	-
Dívida líquida	<u>773.980</u>	<u>553.620</u>	<u>687.566</u>	<u>511.685</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>1.405.248</u>	<u>1.752.408</u>	<u>1.405.248</u>	<u>1.752.483</u>
Índice de alavancagem financeira	55,08%	31,59%	48,93%	29,20%

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo considera dois segmentos reportáveis, considerando os mais representativos, denominados “Energia” e “Óleo de Palma” e um segmento denominado como “Outros”. A Administração realiza a tomada de decisões relativas ao planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas com bases em relatórios que indicam os segmentos de forma consolidada, onde as transações entre as partes relacionadas são eliminadas. Assim, para melhor representar a posição e resultado de cada segmento para tomada de decisões os montantes e transações são apresentados líquidos.

O seguinte resumo descreve, conforme CPC 22 - Informações por segmento (IFRS 8), as operações em cada um dos segmentos que o Grupo diversifica em suas análises e reportes aos seus administradores e acionistas:

Energia: composto pelas operações (i) Amazonbio, (ii) Amazonbio Acre, (iii) BBF S.A e (iv) BBF Pará II.

Óleo de Palma: composto pela operação da BBF RIC.

Outros: composto pelas operações de biodiesel, soja e transportes.

Itens	Energia		Óleo Palma		Outros		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo	1.111.058	851.938	1.781.974	1.980.872	(97.087)	73.527	2.795.945	2.906.337
Passivo	825.296	641.528	319.360	233.230	245.973	279.096	1.390.629	1.153.854
Patrimônio líquido	285.762	210.410	1.462.614	1.747.642	(343.060)	(205.569)	1.405.316	1.752.483
Receita operacional líquida	218.110	234.768	629.409	832.297	(1.823)	(32.989)	845.696	1.034.076
Custo dos produtos vendidos	(179.976)	(199.297)	(682.084)	(675.889)	(29.301)	(384)	(891.361)	(875.570)
Despesas operacionais	(21.721)	(22.345)	(69.110)	(102.853)	44.061	(2.508)	(46.770)	(127.706)
Despesa financeira	(15.132)	(16.157)	(18.788)	(26.762)	(76.911)	(23.515)	(110.831)	(66.434)
Receita financeira	1.871	2.380	1.834	14.718	861	97	4.566	17.199
Imposto de renda e contribuição social	(2.186)	1.414	(146.281)	17.682	-	-	(148.467)	19.096
Lucro (prejuízo) do exercício	966	767	(285.020)	59.193	(63.113)	(59.299)	(347.167)	661

31. SEGUROS

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia e suas controladas mantém em vigor apólices de Responsabilidade Civil e Risco Operacional com cobertura para danos materiais e lucros cessantes.

Para os projetos em execução (implantações das UTEs), a Companhia possui apólices de Seguro de Fiel Cumprimento (garantia de performance junto à Aneel) contratadas com vigência para todo o período de execução do projeto.

Além das apólices supracitadas, possui adicionalmente apólice específica para Responsabilidade Civil (D&O) para todos executivos e diretores da Companhia e controladas.

Todas as apólices foram contratadas com especificações: coberturas, limites, condições e prazos, considerados pela Companhia como adequados e compatíveis aos riscos inerentes ao negócio e operações, tendo vigência de 1 ano sendo renovadas periodicamente.

Coberturas	Valor
Equipamentos Agrícolas	71.912
Fiel Cumprimento	52.791
Responsabilidade Cível Geral	50.000
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	100.000
Risco de Engenharia	88.149
Riscos Operacionais	767.234
Seguro Garantia	260.005
Seguro Garantia Judicial	8.633
Total	1.398.724

32. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

Aquisição de imobilizado

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, houve adições imobilizado no montante de R\$7.413 (R\$17.156 em 2022) na controladora e R\$8.769 no consolidado (R\$20.182 em 2022) no qual não houve desembolso de caixa. Adicionalmente os juros capitalizados, na controladora e no consolidado, no montante de R\$35.802 compõem a adição sem efeito caixa.

Empréstimos

Em 30 de junho de 2023, houve a transferência do saldo de partes relacionadas para o grupo de empréstimos no montante R\$42.564 na controladora e no consolidado no qual não houve desembolso de caixa.

33. COMPROMISSOS

A empresa Amazonbio e BBF S.A devido comercializarem energia, devem seguir a Lei 9991 de 24/07/00 e Resolução 316 de 13/05/08, sendo obrigadas a investir em pesquisa e desenvolvimento o percentual de 1% sobre a receita operacional líquida. Anualmente as empresas prestam conta a ANEEL mediante envio do relatório.

A Companhia tem contrato assinado com o cliente Oleoplan Para e NE Industria de Biocombustível Ltda. e M Dias Branco S.A, para os quais compromettesse a vender a produção de óleo de palma com volumes definidos e preço.

34. EVENTO SUBSEQUENTE

Na NE 11 foi descrito que a controlada BBF Agro assinou contrato de venda dos bens corpóreos e incorpóreos e no dia 28 de fevereiro de 2024 a compradora emitiu resposta no qual formaliza o exercício da opção de adquirir a totalidade dos ativos e os contratos de celebração da operação não foram assinados até a emissão das demonstrações financeiras.
